



TRADUÇÃO



Estudos Coloniais e a História da Sexualidade

Ann Stoler, *New School of Social Research, New York.*

Tradução:

Suzana Maia, *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

Irma Viana, *Universidade Federal da Bahia*

Resumo: Publicado originalmente em 1995, apenas agora podemos ter acesso à tradução em português de um dos capítulos do livro seminal de Ann Laura Stoler aqui apresentado. Este trabalho de Ann Stoler tornou-se uma das mais influentes revisões da *História da Sexualidade*, de Michel Foucault, infundindo em seus escritos e reflexões, novas perspectivas sobre raça, colonialidade, pertencimento à nação, formação de classe, gênero, moralidade e sexualidade. Ann Laura Stoler foi premiada, em 2005, pela fundação Norueguesa-Alemã Willy Brandt com o título de Willy Brandt Distinguished Professor, e leciona Antropologia e Estudos Históricos na New School for Social Research na cidade de Nova York, onde também é diretora do Institute for Critical Social Inquiry. Ela tem contribuições significativas para os campos de estudos coloniais e pós-coloniais, antropologia histórica, epistemologias raciais e teoria feminista. Além deste livro, a autora possui outras importantes publicações, tais como: *Carnal Knowledge and Imperial Power* (2002), *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2008), *Duress: Imperial Durabilities in our Times* (2016), e *Interior Frontiers: essays on the entrails of inequality* (2022). Agradecemos a gentil autorização da autora e da Duke University Press para esta publicação.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault, Sexualidade, Raça, Biopoder, Colonialismo.



Existem várias formas possíveis para se pensar uma leitura colonial de Foucault. Antropólogos e historiadores têm feito leituras deste tipo já há algum tempo e nenhuma outra abordagem analítica tem saturado o campo de estudos coloniais tão completamente, na última década, como a dele. A atenção de Foucault à construção discursiva de regimes de poder tem nos incitado a explorar tanto a produção dos discursos coloniais quanto seus efeitos¹. Inspirados, em parte, pela orientação de Edward Said, estudiosos do colonialismo têm traçado pontes que ligam a produção do conhecimento antropológico à autoridade colonial, a fim de retrair os regimes disciplinares que têm produzido corpos subjugados e as identidades por estes criadas. Muitos têm tentado descrever como discursos sobre higiene, educação, confissão, arquitetura e urbanismo têm delineado a geografia social das colônias e as estratégias específicas de suas leis.²

Mas nós não fizemos isto baseados apenas numa fé cega em seus escritos. Nossas sensibilidades etnográficas nos tem levado a desafiar os limites da ênfase discursiva de Foucault e sua concepção difusa de poder, a fim de dar vida às práticas localizadas e cotidianas de pessoas que autorizaram e resistiram à autoridade europeia e expor as tensões e

¹ Uso "nosso" e "nós", ao longo deste livro, para identificar estudantes do colonialismo, sejam antropólogos, historiadores, especialistas em literatura comparada, ou nenhum dos anteriores. Diferenças de profissão e local geopolítico são menos centrais para minha análise do que o fato de uma resposta esmagadora que Foucault obteve daqueles, em uma ampla gama de posições políticas. Quando apropriado, identifico o "nós" como estudiosos euro-americanos, embora algumas de minhas generalizações sobre a natureza dos estudos coloniais se apliquem a uma comunidade compartilhada mais ampla de estudiosos do que aqueles que se identificam com o que é euro-americano.

² Entre aqueles estudos de história colonial e historiografia que se valem de vários conceitos foucaultianos em diferentes (e criticamente variados) graus, ver, por exemplo, Jean Comaroff, *Body of Power, Spirit of Resistance: The Culture and history of a South African People* (Chicago: Chicago University, 1985); Ann Laura Stoler, *Capitalism and Confrontation In Sumatra's Plantation Belt, 1870-1987* (New Haven: Yale University Press, 1985); Nicholas B. Dirks, *The Hollow Crown* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987); Aihwa Ong, *Spirit of Resistance and Capitalist Discipline* (Binghamton: SUNY Press, 1987); Vincente Rafael, *Contracting Colonialism* (Ithaca: Cornell University Press, 1988); Guari Viswanathan, *Masks of Conquest: literary Study and British Rule in India* (New York: Columbia University Press, 1989); Lamont Lindstrom, *Knowledge and Power in a South Pacific Society* (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990); Jean and John Comaroff, *Of Revelation and Revolution* (Chicago: Chicago University Press, 1991); Tim Mitchell, *Colonising Egypt* (Berkeley: University of California Press, 1991); Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: Chicago University Press, 1991); David Arnold, *Colonizing the Body: State Medicine and Epidemic Disease in Nineteenth-Century India* (Berkeley: University of California Press, 1993); Dipesh Chakrabarty, "Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for the 'Indian' Pasts?" *Representations* 37 (Winter 1992): 1-26; Nicholas Thomas, *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Princeton: Princeton University Press, 1994); David Scott, *Formations of Ritual: Colonial and Anthropological Discourses on the Sinhala Yehovil* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994).



vulnerabilidades inerentes a este projeto³. Estas leituras, em sua maioria, têm sido de um tipo particular: em geral, aplicando os princípios gerais de uma abordagem foucaultiana a tempos e lugares etnográficos específicos, e se inspirando em seu aparato conceitual, mais do que incorporando o conteúdo histórico de sua análise⁴.

Esta espécie de paixão pelas estratégias gerais de Foucault se faz também aparente na leitura de um texto específico dele, particularmente no tratamento do volume I da *História da Sexualidade*. Este livro é dedicado a uma tese desconcertantemente simples: se, de fato, na Europa do século dezanove, a sexualidade era algo a ser silenciada, escondida ou reprimida, por que havia tal proliferação de discursos sobre isto? Foucault argumenta que a história havia sido entendida de forma errada. Para ele, “a imagem do puritanismo imperial... exaltada na nossa sexualidade hipócrita, muda e reprimida” (HS:3) perde de vista o que o regime de sexualidade realmente diz respeito: não à restrição de um instinto biológico, um “desejo teimoso” a ser superado, nem a um “domínio exterior ao qual o poder é aplicado” (HS:152). A sexualidade seria, então, “um resultado e um instrumento do desígnio do poder”, uma construção social de um momento histórico (HS:152).

Para Foucault, a sexualidade não é oposta nem subversiva ao poder. Pelo contrário, a sexualidade é um “ponto de transferência denso” de poder, carregada de “instrumentalidade” (HS:103). Conseqüentemente, “longe de ser reprimida no [século dezanove] a sociedade [sexualidade] foi constantemente ativada” (HS:148). Isto não significa dispensar a repressão como um “artifício” da ordem burguesa do século dezanove ou uma negação de que o sexo era proibido e mascarado, como críticos e

³ Ver Megan Vaughan, *Curing their Ills: Colonial Power and African Illness* (Londres: Polity Press, 1991). Vaughan faz um esforço explícito “para explorar as limitações de uma explicação foucaultiana do ‘biopoder’” no que diz respeito ao discurso da medicina colonial.

⁴ Além das citações acima, veja, por exemplo, Ranjait Guha e Gayatri Spivak, eds., *Selected Subaltern Studies* (New York: Oxford University Press, 1988), onde os dois artigos finais de Partha Chatterjee e David Arnold estão agrupados sob a rubrica “Desenvolvendo Foucault.” No que teria sido, de outro modo, um excelente artigo, Chatterjee faz apenas referência implícita a Foucault, enquanto o impulso foucaultiano de Arnold é definido por sua atenção aos corpos, discurso e poder. O engajamento é conceitual, não histórico, enquanto o “desenvolvimento” de Foucault não fica claro. A análise de Arnold das distintas respostas das classes médias indianas à peste, por exemplo, não faz nenhum esforço para abordar como o “cultivo” de uma identidade burguesa indiana se ajustou ou não ao modelo europeu de Foucault.

Uma exceção importante é *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment* (Cambridge: MIT Press, 1989), de Paul Rabinow, que “continua a explorar, à sua maneira, alguns dos contornos do poder e do conhecimento moderno que Foucault havia começado a mapear” no terreno colonial (p. 8-9).



seguidores têm muitas vezes reivindicado (HS:12). Foucault rejeitou não o fato da repressão, mas a noção que este fosse o princípio organizador do discurso sexual, e que a repressão pudesse explicar seus silêncios ou emanções prolíficas. No centro de sua preocupação não estão nem as práticas sexuais nem os códigos morais que lhes deram origem. As questões que Foucault coloca são de uma ordem diferente. Porque tem havido tal prolongada busca pela “verdade” sobre o sexo? Porque deveria uma identificação e avaliação de nossos *selves* reais e escondidos serem buscadas em nossos comportamentos, desejos e fantasias sexuais? E, não menos importante, por que esta busca se tornou uma obsessão fascinante da ordem burguesa no século dezenove, e por que ainda continua tão persistente nos dias de hoje?

Sua resposta reconceitua ao mesmo tempo a noção de poder e a forma com que a sexualidade está a ele relacionada. Para Foucault, a história da sexualidade é definida, não de acordo com a narrativa freudiana sobre o puritanismo vitoriano ou por injunções contra o discurso sobre sexo e sobre específicas uniões sexuais na família burguesa, mas pela penetração de regimes sociais e auto disciplinadores dentro das mais íntimas esferas da vida moderna. Tampouco os discursos sobre a sexualidade foram inicialmente designados a fim de sublimar a energia sexual das classes exploradas para o trabalho produtivo, mas, antes e principalmente, para estabelecer as distinções da identidade burguesa enraizada na política sexual do lar. Central para o entendimento de Foucault sobre sexualidades e os discursos sobre estas é a emergência do “biopoder”, uma tecnologia política que “trouxe a vida e seus mecanismos à esfera dos cálculos explícitos e constituiu o saber/poder num agente de transformação da vida humana” (HS:143). No século dezenove, o disciplinamento dos corpos individuais e as regulamentações dos processos vitais das populações humanas agregadas se “constituíram nos dois polos através dos quais a organização do poder sobre a vida se tornou organizada” (HS:139). De acordo com esta abordagem, as tecnologias do sexo tiveram um papel crítico: o sexo assumiu uma interface discursiva, ligando a vida do indivíduo à vida da espécie como um todo (HS:146).

Mesmo que nós tenhamos captado bem a essência desta mensagem _ de que os discursos sobre a sexualidade e formas específicas de poder estão inextricavelmente ligadas __, o engajamento com a *História da Sexualidade* tem sido mais formal que substantivo. Isto não quer dizer que os paralelos entre a administração da sexualidade e a administração



do império tenham deixado de ser explorados⁵. Muitos estudiosos do colonialismo têm sido coerentes em observar que outro projeto “vitoriano” crucial — administrar as colônias — implicou na colonização tanto de corpos como de mentes. Numerosos estudos, inclusive o meu, têm se debruçado numa premissa similar de que a administração de discursos e práticas sexuais do colonizador e do colonizado foi fundamental na ordem colonial das coisas. Fomos capazes de demonstrar como discursos sobre sexualidade, que classificaram os sujeitos coloniais em distintos tipos humanos, policiavam os recessos coloniais do poder imperial⁶. Mas, repito, estas leituras aceitam facilmente o fato da relação entre o poder colonial e os discursos de sexualidade, sem confirmar ou seriamente questionar as cronologias específicas oferecidas por Foucault, sua crítica à hipótese repressiva, ou os mapas genealógicos seletivos que ele sugere.

Ao analisar cada um destes temas, este livro se inspira em Foucault e amplia sua análise⁷. Por um lado, examino de que forma suas ideias se aplicam a um contexto colonial; por outro lado, sugiro que um contexto imperial mais amplo restitui o trabalho de pensar a raça na construção da identidade europeia, de formas específicas. Ao tempo em que vários historiadores têm relegado o trabalho empírico de Foucault como um erro irremediável, e antropólogos, assim como outros analistas sociais, aproveitando-se de seus insights teóricos, tendem a tratar seus argumentos históricos específicos como menos relevantes, eu questiono se problemas de historiografia e teoria podem ser separados tão

⁵ Ver, por exemplo, John Kelly, *Politics of Virtue: Hinduism, Sexuality, and Countercolonial Discourse in Fiji* (Chicago: Chicago University Press, 1991); Ronald Hyam, *Empire and Sexuality: The British Experience* (Manchester: Manchester University Press, 1990); Vron Ware, *Beyond the Pole: White Women, Racism and History* (Londres: Verso, 1992); Luise White, *Comforts of Home: Prostitution in Colonial Nairobi* (Chicago: Chicago University Press, 1990); e meu próprio trabalho sobre a política sexual dos europeus no Sudeste Asiático colonial, "Carnal Knowledge and Imperial Power: Gender, Race and Morality in Colonial Asia" in Micaela di Leonardo, ed., *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in a Postmodern Era* (Berkeley: University of California Press, 1991): 51-101, e "Sexual Affronts and Racial Frontiers: European Identities and the Cultural Politics of Exclusion in Colonial Southeast Asia," *Comparative Studies in Society and History* 34-2 (July 1992), p. 514-51.

⁶ Ver também Asuncion Lavrin, ed., *Sexuality and Marriage in Colonial Latin America* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1989); Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (London: Routledge Press, 1992), especialmente capítulo 5; e Vincente Rafael, *Contracting Colonialism* (Ithaca Cornell University Press, 1988) que trata especificamente da sexualidade e da confissão nas Filipinas sob o domínio espanhol.

⁷ Embora mais clareza poderia ter sido alcançada separando esses esforços, optei por tratá-los concomitantemente ao longo deste livro, sinalizando, onde apropriado, minhas diferentes posturas em relação à análise de Foucault: onde eu acho que sua análise abre ou impede uma discussão sobre racismo, onde ele a permite, mas não desenvolve, e onde minha análise desafia a sua.



facilmente. Busco aqui uma crítica das cronologias de Foucault, uma espécie do empírico, não apenas para vasculhar os dados, mas, principalmente, para argumentar que o campo de discursos e práticas no qual a sexualidade burguesa do século dezanove emergiu está situada numa paisagem imperial, onde os adereços culturais de distinção burguesa foram parcialmente formados através dos contrastes construídos na linguagem e política da raça. Eu retraço como certos prognósticos contestam, ou reforçam, uma reconceitualização da história da sexualidade no Ocidente e, de forma mais abrangente, proponho um repensar das convenções historiográficas que puseram as histórias do “ocidente” entre parênteses.

Obviamente que esta missão não é apenas minha. Um impulso coletivo dos estudos pós coloniais na última década tem sido precisamente questionar as divisões simplistas que imaginam uma história europeia e suas coletividades unificadas como sendo independente de alteridades exteriores sobre as quais foi fundada e sobre as quais se reproduz. E a metateoria de Foucault tem tido uma parte importante nisto, animando uma crítica sobre como específicas e contrastantes formas de saber têm estabelecido, desde o início, princípios excludentes de poder imperial. O que é intrigante é como a abordagem da ordem europeia burguesa feita por Foucault tem sido isentada do tipo de crítica que sua insistência em fundir os regimes de saber/poder parece encorajar ou permitir⁸. Por que somos tão complacentes em aceitar uma história da ordem sexual do século dezanove que sistematicamente exclui ou subsume o fato do colonialismo em seu seio? Dizer que Foucault é um produto de sua própria disciplina, seu lugar e seu tempo pode ser generoso, mas não é este o ponto em questão. Afinal, estudos coloniais na década de 1970, a Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, podem ter falado pouco sobre

⁸ Embora Edward Said, por exemplo, observe que "Foucault ignora o contexto imperial de suas próprias teorias", sua crítica à "imaginação de poder" de Foucault e sua "minimização da resistência" leva em conta menos os desequilíbrios teóricos da obra do que a distorção histórica de seu quadro europeu. Ver "Foucault and the Imagination of Power", *Foucault: A Critical Reader*, ed. David C. Hoy (London: Basil Blackwell, 1986). Da mesma forma, o ataque cuidadosamente argumentado de Robert Young às "mitologias brancas" do ocidente graciosamente deixa Foucault escapar do anzol, sugerindo que sua "posição sobre as relações do humanismo ocidental com o colonialismo seria, sem dúvida, semelhante à delineada em sua discussão sobre a relação da etnografia com o colonialismo em *The Order of Things*" (376-7). Robert Young, *White Mythologies: Writing History and the West* (Londres: Routledge, 1990), p. 195. Para outros que se valem da análise discursiva de Foucault para tratar do império e de seus discursos sobre sexualidade sem questionar a historicidade específica pressuposta nesses discursos, ver Lisa Lowe, *Critical Terrains: French and British Orientalisms* (Ithaca: Cornell University Press, 1991); Sara Mills, *Discourses of Differences: An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism* (Londres: Routledge, 1991); e Ronald Hyam, *Empire and Sexual Opportunity* (Manchester: Manchester University Press, 1991).



a relação entre sexualidade e poder colonial, mas têm dito muito sobre expansão imperial do ocidente, e a produção de conhecimento disciplinar⁹.

Assim, algumas perguntas básicas persistem. O que aconteceria com as cronologias de Foucault se as tecnologias de sexualidade fossem reconfiguradas num campo imperial? Seria a busca obsessiva da “verdade sobre o sexo”, no século dezoito ou dezenove, um refúgio saído dos modelos confessionais anteriores, como Foucault defende; ou seria a “verdade sobre o sexo” remodelada ao redor de outras asserções de verdade, especificamente aquelas que são trabalhadas através da linguagem da raça? Enquanto podemos confortavelmente concordar com Foucault que um discurso sobre sexualidade foi incitado e ativado como um instrumento de poder no século dezenove, ainda assim podemos levantar uma questão básica: um discurso sobre quem? Sua resposta é clara: um discurso que produziu quatro “objetos de conhecimento que eram alvos e ancoras do empreendimento do saber” (HS:105), com tecnologias específicas sobre os mesmos: a criança masturbadora da família burguesa, a “mulher histérica”, o casal malthusiano e o adulto perverso. Tais figuras poderiam existir como objeto de conhecimento e discursos sem um contraponto erótico racial, sem referência às energias libidinais do selvagem, do primitivo, do colonizado _ pontos de referência de diferença, crítica e desejo? Em um nível, estes são claramente contrapontos, assim como referentes indexicais, servindo para impulsionar a sociedade burguesa europeia e para sublinhar aquilo que poderia ser classificado como um declínio moral. Mas não são apenas isto. O discurso sexual do império e o da biopolítica do estado, na Europa, são mutuamente constitutivos: seus “alvos” são amplamente imperiais e seus regimes de poder sinteticamente atrelados.

Minha leitura de *História da Sexualidade* se baseia então em duas argumentações básicas, centrais a muitos dos trabalhos recentes nos estudos coloniais. Primeiro, que os discursos sobre a sexualidade na Europa dos séculos dezoito e dezenove, assim como outras assertivas culturais, políticas ou econômicas, não podem ser traçadas apenas na Europa. Ao enclausurar o império, a história da sexualidade europeia de

⁹ Ver, entre outros, Dell Hymes, ed., *Reinventing Anthropology* (New York: Random House, 1969); Talal Asad, ed., *Anthropology and the Colonial Encounter* (New York: Humanities Press, 1973); Gerard LeClerc, *Anthropologie et Colonialisme* (Paris: Fayard, 1972); e Gerald Berreman, *The Politics of Truth: Essays in Critical Anthropology* (New Delhi: South Asian Publishers, 1981), especialmente o capítulo 2, escrito em 1970.



Foucault acaba por perder de vista lugares-chaves na produção daquele discurso, desprezando as práticas que *racializaram* os corpos e, conseqüentemente, omitindo um campo de saber que poderia proporcionar os contrastes através dos quais um “corpo burguês, vigoroso e saudável” faria sentido. Os discursos europeus sobre sexualidade no século dezoito podem – e de fato devem – ser traçados juntamente com uma rota mais ampla do circuito imperial que conduzam às tecnologias do sexo do século XIX. Eles foram redirecionados pelos discursos imperiais e suas exigências, por homens e mulheres cujas asserções de um self burguês, e os contextos racializados em que estas foram construídas, não poderiam ser separadas. Assim, abordo *História da Sexualidade* por vários caminhos, comparando suas cronologias e rupturas estratégicas àquelas das colônias e analisando estas inflexões num solo racialmente carregado. No entanto, de forma não menos importante, eu argumento que uma “comparação” entre estas duas tecnologias aparentemente dispersas do sexo na colônia e na metrópole pode perder de vista o quanto estas tecnologias estão interligadas.

Argumento também que as obsessões e refrações do discurso imperial de sexualidade não estavam restritas apenas à cultura burguesa das colônias. Ao trazer as ansiedades discursivas e as lutas práticas a respeito da cidadania e identidades nacionais no século dezenove de forma mais precisa à moldura de Foucault, as identidades burguesas tanto na metrópole como na colônia emergem mais tácita e enfaticamente codificadas por raça. Discursos sobre sexualidade fazem mais que definir as distinções do *self burguês*; ao identificar membros marginais do corpo político, estes discursos mapearam os parâmetros morais das nações europeias. Profundamente sedimentados na moralidade sexual, estes discursos puderam redesenhar as “fronteiras internas” das comunidades nacionais, fronteiras estas que foram asseguradas através – e às vezes de forma contraditória – dos contornos da *raça*. Tais discursos nacionalistas foram determinados por princípios culturais excludentes que, além de separarem a classe média do pobre, marcaram aqueles cujas reivindicações sobre direitos de propriedade, cidadania, e assistência pública eram merecedores de reconhecimento e aqueles que não o eram.

Discursos nacionalistas emergiram a partir de, ao tempo em que reforçaram, uma política de exclusão mais ampla. Esta versão não está preocupada apenas com os marcadores visuais da diferença, mas com a relação entre características visíveis e propriedades invisíveis, forma exterior e essência interior. O acesso a estes marcadores de identidade



irrastráveis poderia selar destinos sociais, políticos e econômicos. Discursos imperiais que separam colonizadores de colonizados, observadores metropolitanos de agentes coloniais, e colonizadores burgueses de seus compatriotas subalternos designaram certas competências culturais, disposições psicológicas e hábitos refinados. Estes, por sua vez, definiram as falhas escondidas _ as fixas e as fluidas _ ao longo das quais avaliações *generificadas* de pertencimento de classe e raça seriam desenhadas. No âmbito do léxico de civilidade burguesa, autocontrole, autodisciplina e autodeterminação foram características definidoras do self burguês nas colônias. Estas características, afirmadas num meio familiar ideal, eram frequentemente transgredidas por contaminações sexuais, morais e raciais nos mesmos lares coloniais europeus. A repressão foi claramente parte desta história, mas, como Foucault argumenta, esta estava subsumida por algo mais. Estes discursos de autocontrole eram produtivos de distinções raciais, de noções clarificadas de “branquitude” e do que significava ser um verdadeiro europeu. Estes discursos proveram as categorias instrumentais em que a divisão imperial do trabalho era esclarecida, legitimada e _ quando sob ameaça _ restaurada.

Se este realinhamento da história da sexualidade através da história do império faz sentido analítico, então nós temos que perguntar se as configurações raciais do mundo imperial, mais do que apenas periféricas ao cultivo do self burguês do século dezanove, não foram constitutivas deste. Nesta perspectiva, o racismo do século dezanove poderia não ser “ancorado” nas tecnologias europeias do sexo, como Foucault defende. Se a sexualidade e as taxonomias de raça são mutualmente construídas a partir de “uma história mais compreensiva das categorias biológicas de exclusão”¹⁰, como Tom Laqueur argumenta, então nós temos que ver a raça e a sexualidade como mecanismos ordenadores que compartilham sua emergência com a ordem burguesa do início do século dezanove, “aquele início da idade moderna”¹¹. Tal perspectiva entende a raça, o racismo e suas representações como empreendimentos estruturados dos universais pós-iluministas, como características formativas da modernidade profundamente arraigadas no

¹⁰ Tom Laqueur, *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud* (Cambridge: Harvard University Press, 1990) 155. Ver também “The Idea of Race and its Elevation to Autonomous Scientific and Legal Status”, de Collette Guillaumin, *Sociological Theories: Race and Colonialism* (Paris: UNESCO, 1980), que faz uma observação semelhante ao argumentar, de forma mais geral, que o aumento histórico da individualidade legal deu origem à noção legal de raça, ver esp. p. 46-49.

¹¹ Foucault, *The Order of Thing*, xxii.



liberalismo burguês, e não como consequências aberrantes destes¹². Minha preocupação aqui não é isolar o momento de origem do racismo, muito menos argumentar que todos os racismos são fundamentalmente os mesmos. Ao contrário, eu atribuo um deslize entre os projetos que a modernidade, o iluminismo e o liberalismo burguês abraçaram, para demonstrar outro ponto, um ponto que contemple como o pensamento racial se alimenta de uma variedade progressiva de projetos e delinea as taxonomias sociais definindo quem será excluído destes.

Minha leitura colonial é de um tipo particular, nem definitivo nem compreensivo. Não é uma leitura de concepções culturais alternativas da sexualidade, nem uma descrição enciclopédica de como corpos coloniais foram formados pelas políticas sexuais dos estados coloniais. Tampouco traça as formas subversivas em que diferentes segmentos das populações colonizadas se apropriaram das civilidades impostas a eles e relê essas injunções morais contra seu solo europeu, uma tarefa que outros já realizaram muito bem¹³. Minha tarefa é mais especificamente delineada e focada. É um esforço para ver em que o trabalho de Foucault

¹² Ver Henry Louis Gates, Jr. Introdução. *"Race," Writing, and Difference* (Chicago: University of Chicago Press, 1986) 3; Michael Banton. *The Idea of Race* (Londres: Tavistock, 1977) esp. Capítulo 2 "A herança intelectual", 12-26; Collette Guillaumin, "Idea of Race"; George Masse, *Toward the Final Solution: A History of European Racism* (Madison: University of Wisconsin Press, 1978); Leon Poliakov, *The Aryan Myth: A History of Racist and Nationalist Ideas in Europe* (Londres: Heineman, 1974); Zygmunt Bauman, *Modernity and the Holocaust* (Ithaca: Cornell University Press, 1989). Muitos desses argumentos foram recentemente sintetizados por David Goldberg em *Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning* (Oxford: Blackwell, 1993).

¹³ Mesmo que neste projeto o colonialismo seja visto a partir de uma ótica europeia, mas não determinado por ela, essa ainda é uma limitação imposta pelos circuitos específicos que estabeleci para sua compreensão. Para um tratamento diferente que explora mais completamente as taxonomias imperiais e suas apropriações colonizadas, consulte minha introdução com Frederick Cooper, "Between metropole and colony: Rethinking a Research Agenda", *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. eds. Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (Berkeley: University of California Press) e Ann Stoler "In Cold Blood Hierarchies of Credibility and the Politics of Colonial Narratives", *Representations* 37 (1992): 151-189. É importante sublinhar que não estou afirmando que a história da sexualidade burguesa europeia, de Foucault, nem minha reformulação da história dessa história, é generalizável para outros contextos culturais, ou poderia ser mapeada para as histórias de sexualidade, poder e reivindicações de verdade sobre o eu, entre populações subjugadas específicas, no mundo colonizado do século dezanove. Essas histórias não podem ser "lidas" nas europeias. Isso não significa, no entanto, que a consideração dessas articulações imperiais seja irrelevante para essas outras configurações culturais e políticas. Pelo contrário, a distribuição particular de diferenças que ajudaram a construir o que era dominante e burguês para a Europa imperial pode ser importante para entender como as populações colonizadas reivindicaram direitos, e estrategicamente se movimentaram contra o estado colonial. Não são esses enquadramentos imperiais que são espelhados, mas as maneiras como os conceitos estão organizados neles que os tornam disponíveis para projetos políticos de oposição. As análises de Partha Chatterjee sobre tais apropriações em *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse* (London: Zed, 1986) e em *The Nation and its Fragments* (Princeton: Princeton University Press, 1993) são óbvias e casos exemplares desta questão.



complementa nosso entendimento da formação burguesa dos colonizadores europeus e suas categorias jurídicas e, de forma complementar, de que modo as configurações políticas das culturas coloniais europeias podem trazer um novo entendimento da *História da Sexualidade*.

Ao explorar a construção de uma ordem colonial europeia burguesa, parto primariamente do contexto colonial que me é mais familiar: as Índias Orientais Holandesas no século dezanove e início do século vinte. Porém, as ansiedades coloniais holandesas a respeito dos significados de “ser holandês” e seus derivados também fornecem um toque para argumentos mais amplos. Muito consciente das peculiaridades que distinguem as noções holandesas, francesas e britânicas do que significa ser burguês, estou, no entanto, convencida de que a construção das sensibilidades burguesas nesta variedade de contextos são fundamentalmente comparáveis. No capítulo 4, argumento que cada uma delas definiu sua civilidade única através de uma linguagem de diferença, desenhada em imagens de pureza racial e virtude sexual. Tal linguagem de diferença invoca a suposta falência moral de populações culturalmente dissonantes, as distinguindo dos interesses daqueles que estão no poder. Para cada um destes contextos, a moralidade burguesa estava estrategicamente aliada com a autoridade moral dos estados liberais do século dezanove. As ordens burguesas europeias produziram uma multiplicidade de discursos que se basearam nos perigos dos “inimigos internos”, de origem racial, sexual e de classe, um argumento que Foucault também faz ao traçar a genealogia do racismo nas suas palestras no Collège de France. Como Geoff Eley aponta, no discurso burguês europeu do século dezanove, a cidadania era “uma faculdade a ser aprendida e um privilégio a ser alcançado”¹⁴. Estes discursos eram povoados com invasores sorrateiros do corpo político, franceses “fictícios”, holandeses “fabricados”, ingleses evangelizados, mas não “verdadeiros” cidadãos, que ameaçavam transpassar as “fronteiras interiores” dos estados nações tanto nas colônias como nas metrópoles¹⁵.

¹⁴ Ver, de Geoff Eley, "Liberalism, Europe, and the Bourgeoisie" in: David Blackburn e Richard Evans. eds., *The German Bourgeoisie* (London: Routledge, 1991), p. 300.

¹⁵ Ver Etienne Balibar, "Paradoxes of Universality" em David Goldberg, ed., *Anatomy of Racism* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990), onde ele discute como o racismo "embarca na busca obsessiva de um 'núcleo' [nacional]" baseado amplamente em "critérios de classe social", 284-5. Ver também Balibar, "Fichte and the Internal Border: On Addresses to the German Nation," in *Masses, Classes, Idea: Studies on Politics and Philosophy before and after Marx* (Londres: Routledge, 1994) p. 61-86, em que as ambiguidades políticas da noção de Fichte de uma "fronteira interior" são explicitadas.



Em resumo, o discurso do *eu burguês* foi fundado no que Foucault chama de uma particular “rede de inteligibilidade”, uma hierarquia de distinções na percepção e prática que confluíram, substituíram e subsumiram as categorias de raça, classe e alteridades sexuais de forma estratégica e em diferentes momentos. Portanto, esta atenção à instrumentalização da raça através da linguagem de classe não é tão dissonante com o projeto de Foucault quanto seu legado de publicações escritas parece apontar. Nas suas palestras, no Collège de France, discutidas no capítulo 3, Foucault traça a derivação da linguagem de classe do século dezanove, a partir de discursos anteriores de raça, como um elemento chave na evolução da historiografia da própria Europa.

Ao destacar algumas das mudanças genealógicas eclipsadas pela visão estreita de Foucault sobre o Ocidente, chamo a atenção para certos domínios específicos em que o discurso de sexualidade se articula às políticas da raça. Eu utilizo o caso das Índias para ilustrar _ e de fato apenas para apontar aqui _ como o cultivo de um *eu europeu* (e especificamente uma identidade holandesa burguesa) foi firmado na proliferação de discursos sobre pedagogia, paternidade, sexualidade das crianças, serviços e higiene tropical: micro lugares em que designações de pertencimento racial eram sujeitas a avaliações *generificadas* e onde “caráter”, “boas-origens”, e criação apropriada eram implicitamente racializadas. Estes discursos fazem mais do que prescrever um comportamento adequado, eles apontam como a identidade burguesa foi fundamentalmente atada às noções do ser “europeu” e do ser “branco”, e como prescrições sexuais serviram para assegurar e delinear os cidadãos autênticos e de primeira classe do estado nação. Crucial ao meu argumento, e distinto da concepção auto-referenciada de identidade burguesa de Foucault, enfatizo os termos *relacionais* em que os eus burgueses foram concebidos.

Em suma, construo três tipos de argumentos. O primeiro diz respeito à cronologia: o porquê de Foucault situar o “nascimento do racismo” no final do século dezanove e quais as consequências disto. Parte da resposta pode ser encontrada na *História da Sexualidade*, e mais ainda nas palestras realizadas em 1976 no Collège de France, quando aquele volume ainda estava em processo de publicação. Segundo, argumento que uma gramática racial implícita delineou os regimes sexuais da cultura burguesa de formas mais variadas do que Foucault explorou e com uma datação anterior a que ele definiu. Aqui, valho-me de uma ampla rede baseada numa literatura pós-colonial emergente que, uma vez construída



nas margens da historiografia ocidental, tem começado a revelar sua essência. Construo meu argumento, em parte, a partir dos registros dos arquivos coloniais holandeses. Nestes registros, as ambiguidades das categorias raciais e as incertezas da identidade europeia, nas Índias do século dezanove, eram explicitamente debatidas no sentido de definir os perigos raciais do desejo, as coordenadas de classe sobre o que seriam “verdadeiros” europeus e as competências culturais requeridas para atribuição de status europeu.

Em terceiro lugar, ao atentar para as “tensões do império” que atravessavam as dicotomias do colonizador e do colonizado, colônia e centro, reconecto uma série de domínios que haviam sido tratados de forma discreta nos escritos coloniais, divisões que os estudiosos do colonialismo muitas vezes atribuíram a si mesmos. Como, por exemplo, os historiadores holandeses vieram a pensar que o mapeamento racial da assistência social financiada pelo estado para os pobres brancos das Índias é irrelevante para o discurso liberal a respeito de assistência aos pobres da Holanda do século dezanove? O que permitiu que os historiadores franceses dissecassem as ansiedades sobre a identidade nacional francesa na virada do século XX sem traçar os acalorados debates travados sobre a categoria de mistura de sangue na Indochina francesa no mesmo período? Porque ambos os estudantes das histórias coloniais e europeias trataram, por tanto tempo, as “missões civilizadoras” na metrópole e na colônia como se fossem projetos independentes?

Pode-se argumentar, como o faz Robert Young, que a visão coletiva da literatura euro-americana estava turvada pelas “mitologias brancas” da escrita da história no Ocidente¹⁶. No entanto, em que se constituiria um esforço bem-sucedido de escrever contra estas mitologias não é auto evidente. Não se poderia, por exemplo, meramente “comparar” as reformas da metrópole e da colônia para demonstrar que seus significados políticos são os mesmos. Não se poderia, tampouco, assumir que o discurso sobre a paternidade se adapta igualmente em Haiphong e Paris, nem que os debates sobre o “abandono de crianças” em Amsterdã e na Batavia têm a mesma equivalência política. Mais do que isto, eu penso que deveríamos perguntar, como Foucault o faz para outros contextos, como vocabulários aparentemente compartilhados de reforma social e sexual podem, algumas vezes, permanecer os mesmos e outras vezes divergirem e/ou serem transpostos para significados políticos distintos e

¹⁶Young. *White Mythologies*.



em oposição. Foucault se volta para este processo em *História da Sexualidade* com apreço pelos discursos da sexualidade e, novamente, de forma ainda mais ousada, quando delineia, em suas palestras, a mobilidade estratégica dos discursos raciais. Em cada um desses projetos, Foucault oferece formas de repensar a ordem colonial das coisas, formas que o desafiam, e que às vezes derivam dele.

Localizando O Império Em História Da Sexualidade

Por um longo período, ou assim conta a história, nós apoiamos o regime Vitoriano, e continuamos a ser por ele dominado até os dias de hoje. Assim, a imagem do puritanismo imperial está marcada com fogo em nossa sexualidade reprimida, muda e hipócrita. (HS:3)

Estudiosos do império têm mostrado pouco interesse nas rupturas históricas e periodicidades em que as novas tecnologias do sexo se desenvolveram e na rejeição de Foucault da hipótese repressiva de Freud. No máximo, como irei demonstrar a seguir, tivemos fidelidades contraditórias à perspectiva foucaultiana, de um lado, e, de outro, às afirmações freudianas implícitas sobre as psicodinâmicas do império, às energias sexuais “aliviadas” e às formas com que estes regimes funcionaram e se estenderam. Nós temos sido profundamente silenciosos sobre as “quatro unidades estratégicas” que Foucault localizou no coração das tecnologias do sexo do século dezoito: a *histerização* dos corpos das mulheres, a expertise pedagógica aplicada à sexualidade da criança, a socialização da vida reprodutiva, e a analítica psiquiátrica sobre o prazer perverso (HS:104-105). São estes intensos lugares de poder relevantes para a história imperial, ou passam ao largo desta? E, se eles são relevantes, porque tão pouco se tem falado a respeito deles? Mais intrigante ainda, numa aproximação ao tema do terreno etnológico do parentesco, Foucault identifica uma mudança de um “dispositivo da aliança” para um “dispositivo da sexualidade”, no século dezoito, que marca o caráter moderno do poder. Ainda assim, isto também tem sido silenciado e quase não rende comentários numa audiência antropológica.

Alguns destes problemas residem no próprio trabalho de Foucault, outros estão em nós mesmos. Em certa medida, a *História da Sexualidade* parece impedir este empreendimento. Foucault



explicitamente retraça o dispositivo da sexualidade dentro de um campo analítico confinado à metrópole _ a “sexualidade ocidental moderna”. É-nos oferecida uma distinção entre “arte erótica” (*ars erótica*) do Oriente, e uma “ciência da sexualidade” (*scientia sexualis*) do Ocidente (HS:70-71). A imagem do “puritanismo imperial” no parágrafo de abertura, citado anteriormente, do volume I, é a primeira e única referência ao fato do império. Para Foucault, a imagem do puritanismo é o principal suporte de nossa leitura equivocada da sexualidade do século dezanove. O império é apenas um pano de fundo para a ideologia Vitoriana, e histórias contemporâneas a seu respeito são facilmente descartadas e não mais discutidas¹⁷. O “puritanismo” é substituído; o império desaparece juntamente com sua caricatura. O incitamento do discurso sexual na Europa do século dezoito e dezanove historiciza um problema europeu. Foucault retraça a biopolítica que emergiu no início dos anos 1700 e floresceu na Europa no século dezanove ao longo de eixos que são únicos à Europa, o que Gayatri Spivak acertadamente rejeita como uma versão auto-contida da história, reduzida ao Ocidente¹⁸. A observação de James Clifford de que Foucault era “escrupulosamente etnocêntrico”¹⁹ pode oferecer alguma segurança de que ele assiduamente se confinou no campo epistemológico da Europa, mas quando lidando com questões de raça, tal cuidadosa restrição deveria nos fazer parar para pensar. Suas genealogias da identidade burguesa do século dezanove não estão apenas profundamente enraizadas numa cultura ocidental auto-referenciada, mas também atreladas aos parâmetros geográficos europeus²⁰.

Tais mitos de origem da cultura europeia são menos críveis nos dias de hoje, na medida em que o domínio da história europeia que estava entre parênteses foi aberto para investigação, suas fontes re-acessadas, suas fronteiras borradas. Quase duas décadas depois de *História da Sexualidade* ter aparecido, e na medida em que os estudos coloniais

¹⁷ Ver Edward Said, *Culture and Imperialism* (New York: Knopf, 1993), em que ele explora essa presença/ausência do império na literatura europeia.

¹⁸ Gayatri Spivak, "Can the Subaltern Speak" in Cary Nelson and Lawrence Grossberg, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana: University of Illinois Press, 1988).

¹⁹ James Clifford, *The Predicament of Culture* (Cambridge: Harvard University Press, 1988), p. 261.

²⁰ Não se trata apenas de que o império é excluído, mas a própria Europa é definida por aqueles poderosamente situados dentro dela, ou seja, pelos seus parâmetros do norte da Europa. Assim, Espanha e Portugal são às vezes eclipsados, enquanto a Europa se refere amplamente à Inglaterra, Alemanha e França. Ver "Beyond Occidentalism: Towards Non-Imperial Geohistorical Categories" de Fernando Coronil, *Cultural Anthropology* (no prelo), onde ele lida com a geopolítica distorcida que constituiu o que concebemos como "Europa" e o domínio próprio da história europeia. Ver também Deny Hay, *Europe: The Emergence of an Idea* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1957).



passaram de uma preocupação delimitada às consequências do colonialismo para o colonizado, a fim de incluir as tensões que atravessam lugares metropolitanos e coloniais da ordem imperial, estaríamos motivados a indagar se a formação dos sujeitos burgueses do século dezenove pode ser localizada fora daqueles campos de força nos quais o conhecimento imperial foi promovido e os sujeitos desejan­tes construídos. Pois, afinal de contas, foi Foucault quem localizou as conexões entre a produção de conhecimentos específicos, formas de poder e expressões de desejo, no centro de seu trabalho²¹. Instrumentalizados com o impulso de Foucault em escrever a história do desejo ocidental, rejeitando o desejo como um instinto biológico ou como uma resposta à proibições repressivas, deveríamos ser impelidos a perguntar quais outros desejos são excluídos de suas análises, e a questionar de que forma mudanças nas *distribuições* imperiais de sujeitos masculinos *desejantes* e objetos femininos desejados podem redesenhar também esta história²².

Na medida em que começamos a explorar as colônias como mais do que locais de exploração, mas como "laboratórios da modernidade", as trajetórias genealógicas que mapeiam o que constitui invenções metropolitanas versus coloniais mudaram acentuadamente de curso²³. Com esse redirecionamento, as marcas da produção cultural europeia foram identificadas em empreendimentos anteriores do império e, às vezes, nas colônias primeiro. Assim, Sidney Mintz sugeriu que as estratégias disciplinares da produção industrial em grande escala podem ter sido elaboradas nas colônias antes de serem experimentadas em contextos europeus²⁴. Timothy Mitchell colocou o panóptico, esta instituição modelo suprema de poder disciplinar, como uma invenção colonial que apareceu pela primeira vez no Império Otomano, não no

²¹Como observado por Arnold Davidson em "Sex and the Emergence of Sexuality", *Critical Inquiry* 17 (1987): p. 16-48.

²² Críticas feministas sobre Foucault colocaram essa questão de forma mais geral, mas sem referência específica ao império. Ver, por exemplo, Teresa de Lauretis: *Technologies of Gender* (Bloomington: Indiana University Press, 1987), Judith Butler, *Gender Trouble* (London: Routledge, 1990); Biddy Marlin, "Feminism, Criticism, and Foucault", *New German Critique* 27 (Fall 1987): p. 3-30; Edith Kurzweil, "Michel Foucault's History of Sexuality as Interpreted by Feminists and Marxists", *Social Research* .53-4 (Winter 1986): p. 647-63; Caroline Ramazanoglu, ed., *Up Against Foucault: Explorations of Some Tensions between Foucault and Feminism* (New York: Routledge, 1993); Lois McNay, *Foucault and Feminism* (Boston: Northeastern University Press, 1992); Jana Sawicki, *Disciplining Foucault: Feminism, Power, and the Body* (New York: Routledge, 1991).

²³ Ver Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: University of Chicago Press, 1991) e *French Modern*, de Paul Rabinow (Berkeley: University of California Press, 1989), para diferentes elaborações dessa noção.

²⁴ Sidney Mintz, *Sweetness and Power* (New York: Viking, 1985).



norte da Europa²⁵. As políticas francesas de planejamento urbano foram certamente experimentadas em Paris e Toulouse, mas, como Gwendolyn Wright e Paul, Rabinow demonstraram com tanta habilidade, provavelmente em Rabat e Haiphong primeiro²⁶. Mary Louise Pratt vai mais longe e argumenta que os modos de disciplina social tidos como essencialmente europeus foram inspirados por empreendimentos imperiais do século dezessete e só então remodelados para a ordem burguesa do século dezoito²⁷. Nicholas Dirks levantou a possibilidade de que o próprio conceito de cultura "é uma formação colonial"²⁸. Aquelas histórias reconfiguradas nos levaram a repensar as genealogias culturais europeias de maneira geral e a questionar se os principais símbolos das sociedades ocidentais modernas, tais como liberalismo, nacionalismo, bem-estar do Estado, cidadania, cultura e a própria "europeidade", não foram elucidados pelos exilados coloniais na Europa. E, se não foram aprisionados por aquelas classes colonizadas em sua rede pedagógica na Ásia, África e América Latina, e só então trazidas para "casa"²⁹. Ao classificar essas etiologias coloniais da cultura ocidental e seus gestos reformistas, não se pode deixar de perguntar se a genealogia de Foucault da identidade burguesa e sua biopolítica também podem ser delineadas por meio de mapeamentos imperialistas de maior amplitude, que localizem o pensamento racial e as noções de "branquitude" como constitutivos e correlatos daqueles.

Em uma entrevista de 1976, respondendo a uma pergunta feita pelo jornalista italiano Duccio Trombadori, se ele via seus livros como um

²⁵ Timothy Mitchell, *Colonising Egypt* (Berkeley: University of California Press, 1991), p. 35.

²⁶ Wright, *The Politics of Design*; Rabinow, *French Modern*.

²⁷ Pratt, *Imperial Eyes*, p. 36.

²⁸ Nicholas Dirks, *Colonialism and Culture* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991), p. 3.

²⁹ Sobre o liberalismo e a Índia britânica, ver: "Liberal Strategies of Exclusion" de Uday Mehta, *Politics and Society* (Dec. 1990), p. 427-454; sobre "cultura como uma formação colonial", ver Nicholas Dirks, "Introduction: Colonialism and Culture" in *Colonialism and Culture*; sobre planejamento urbano, ver Rabinow, *French Modern*, e Wright, *Politics of Design*; sobre império, cidadania e políticas emergentes de bem-estar, ver meus textos: "Sexual Affronts and Racial Frontiers", *Comparative Studies in Society and History* 34.2 (July 1992), p. 514-51 e "The Politics of Mothercare: Poor White and the Subversion of the Colonial State", capítulo 5 de *Carnal Knowledge and Imperial Power: Bourgeois Civilities and the Cultivation of Racial Categories in Colonial Southeast Asia* (Berkeley: University of California Press, no prelo); sobre nacionalismo, ver Benedict Anderson, *Imagined Communities* (London: Verso, 1983) e "Fax Nationalism" (manuscrito); sobre europeidade, ver Stoler, "Rethinking Colonial Categories" in: *Comparative Studies in Society and History* 13. 1 (1989), p. 134-61, e Daniel Segal "The 'European': Allegories of Racial Purity," *Anthropology Today* 7.5 (Oct. 1991): p. 7-9. Sobre as histórias achatadas que o "ocidentalismo" produziu (com os trabalhos de Sidney Mintz e Eric Wolf oferecidos como exemplos notáveis), ver Fernando Coronil, "Beyond Occidentalism: Towards Non-Imperial Geohistorical Categories", *Cultural Anthropology*, (no prelo).



conjunto de "ensinamentos", como um "discurso que prescreve", Foucault respondeu:

No meu caso, é um assunto totalmente diferente; meus livros não têm esse tipo de valor. Funcionam como convites, como gestos públicos, para quem eventualmente queira fazer a mesma coisa, ou algo parecido, ou, em todo caso, que pretenda imiscuir-se nesse tipo de exercício.³⁰

A *História da Sexualidade* é um projeto esquemático do que Foucault pretendia escrever, mas optou por não completar. Portanto, ainda mais do que em *The Order of Things*, que Foucault esperava que fosse lido como um "local aberto", no volume I, ele estende esse convite de forma mais explícita do que na maioria de suas obras³¹. Por mais prescritivo que possa ser, ele nos deixa com mais provocações do que argumentos cuidadosamente elaborados, e um número surpreendente de convenções a serem percorridas se aceitarmos seu convite. Minha própria resposta ao "gesto público" de Foucault foi fazer "algo parecido", algo que, como ele poderia ter antecipado, não sairia da mesma forma. Ao reler *História da Sexualidade* sob uma luz colonial inexplorada, "fora do centro de poder imperial" (*off center court*), como Ben Anderson disse certa vez, suponho que haja algum desejo implícito de lançar este livro como uma abertura, como uma provocação, como um convite meu³².

Nesse sentido, coloco dois tipos de questões: primeiro, como a *História da Sexualidade* e as palestras sobre raça podem ser localizadas de forma diferente dentro dos projetos mais amplos de Foucault, e, segundo, como tais locais informam novas maneiras de escrevermos "histórias eficazes do presente" nos estudos coloniais hoje.

³⁰ Foucault, *Remarks on Marx* (New York: Semiotext(e), 1991), p. 40.

³¹ Foucault, *The Order of Things*, xii.

³² Anderson, *Imagined Communities*.

Estudos Coloniais e a História da Sexualidade

ABSTRACT: Originally published in 1995, this chapter from Ann Stoler's seminal *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things* is presented here in its first Portuguese translation. Ann Laura Stoler has become one of the most influential reviewers of Michel Foucault's *History of Sexuality*, infusing his writings with new perspectives on issues of race, coloniality, nationhood, class formation, gender, morality, and sexuality. Stoler is a Willy Brandt Distinguished Professor of Anthropology and Historical Studies at the New School for Social Research in New York City, and is director of its Institute for Critical Social Inquiry. She has made significant contributions to the fields of colonial and postcolonial studies, historical anthropology, racial epistemologies, and feminist theory. In addition to this book, the author has other important publications, including: *Carnal Knowledge and Imperial Power* (2002), *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2008), *Duress: Imperial Durabilities in our Times* (2016), and *Interior Frontiers: essays on the entrails of inequality*(2022). We are grateful for the author's and Duke University Press's kind permission for this publication.

KEYWORDS: Foucault, Sexuality, Race, Biopower, Colonialism.

Ann STOLER

New School of Social Research, New York

Suzana MAIA (Tradutora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Doutora em Antropologia pelo Graduate Center da City University of New York (CUNY), Professora Associada de Antropologia e Estudos de Gênero da

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Professora colaboradora do Pós-Afro, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA).

Email: maiasuz@gmail.com

Irma VIANA (Tradutora)

Universidade Federal da Bahia

Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade do Instituto de Artes Humanidades e Ciências Milton Santos (IAHC) da UFBA, com

Estágio Doutoral na Universidade de Roma La Sapienza. Pós-Doutora,

Pesquisadora.

Email: irmaviana537@gmail.com

Recebido em: 14/10/2020

Aprovado em: 13/09/2022